

SANCIONADA EM<u>291081/8</u>

> Marcell Monde Riberro Souza Prefeito Municipal

ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO BRITO GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 429/2018

De 29 de agosto de 2018.

Institui o Programa de Sustentabilidade na Administração Pública do Município de Campo do Brito/SE, denominado "Programa A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública", no âmbito dos entes municipais, membros do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano - CPAC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO DO BRITO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, além de outros dispositivos vigentes, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1°. Esta lei cria o programa de sustentabilidade na administração pública, aqui denominado de "Programa A3P no Município de Campo do Brito/SE", ente público membro do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano – CPAC.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se como sustentabilidade a promoção do desenvolvimento, visando atender às necessidades da geração presente, sem afetar o atendimento às demandas das gerações futuras.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

- **Art. 2º**. Constituem-se objetivos do programa de sustentabilidade do Município, nas diretrizes da Autarquia Intermunicipal Consórcio Público do Agreste Central Sergipano CPAC:
- I Promover a redução dos gastos da administração pública e a preservação da natureza;
- II Apoiar as instituições públicas locais e regionais na implementação de políticas de sustentabilidade e ações de responsabilidade socioambiental;

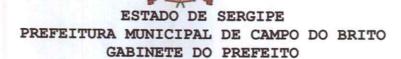


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO BRITO GABINETE DO PREFEITO

- III Promover a responsabilidade socioambiental;
- IV Promover a revisão de padrões de produção, consumo e critérios de gestão na administração pública;
- V Estimular a construção de uma nova cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes à responsabilidade socioambiental;
- VI Fazer com que o Município de Campo do Brito/ SE, seja referência na adoção de medidas socioambientais;
- VII Melhorar a eficiência da administração pública;
- VIII Proporcionar ao servidor municipal, melhores condições de trabalho;
- IX Promover o consumo sustentável.

CAPITULO II DA ADOÇÃO DA A3P

- **Art. 3º.** O Município, nas diretrizes do CPAC, adotará o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P do Ministério do Meio Ambiente MMA.
- § 1º. O Consórcio Público do Agreste Central Sergipano CPAC, cuidará de formalizar a assinatura do Termo de Adesão do Programa A3P, conforme disposto pelo MMA e em acordo com o município;
- § 2°. A partir da assinatura do Termo de Adesão com a A3P/MMA, a Prefeitura poderá utilizar a expressão "Programa A3P";
- § 3º. A adoção do Programa A3P, não implicará em ônus para o Município, o CPAC ou para o MMA:
- § 4°. O Município pode adotar, no todo ou em parte, o que é preconizado pelo Programa A3P no MMA, não havendo sanções em caso de insucesso;
- Art. 4°. A partir da assinatura do Termo de Adesão, o Município poderá fazer uso da marca A3P, bem como terá direito a receber, sem ônus para o erário municipal, cursos, capacitações e outros eventos promovidos pelo MMA.



Parágrafo único. O Município/CPAC poderá realizar eventos em conjunto com o MMA, que contribuirá com a logística para a sua realização.

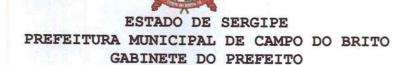
- Art. 5°. O Programa A3P do MMA será a referência do município para o Programa de sustentabilidade do município.
- **Art. 6°.** O Município incentivará os demais órgãos públicos que integram a instituição para que adotem programa similar de sustentabilidade.
- **Art. 7º.** As escolas municipais serão supervisionadas pela Prefeitura, quanto à sustentabilidade e incentivadas a adotarem o Programa A3P, formalizando cada uma, o Termo de Adesão diretamente com o MMA

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS

- Art. 8°. O programa A3P do município, atenderá aos seguintes princípios:
- I transparência no serviço público e em todas as atividades que promover;
- II o interesse público estará sempre acima dos interesses individuais;
- III estímulo à sustentabilidade na administração pública;
- IV respeito aos valores éticos da pessoa;
- V respeito ao meio ambiente;
- VI evitar os abusos e desperdícios nos gastos dos recursos públicos;
- VII incentivo às atividades desenvolvidas pelo servidor público, estimulando o cooperativismo, a solidariedade, o respeito, o compromisso profissional e a ética;
- VIII incentivo às ações coletivas e as decisões democráticas.

CAPÍTULO IV DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 9º. O Programa A3P do Município de Campo do Brito/SE, adotará, como foco de atuação, os seguintes eixos temáticos:



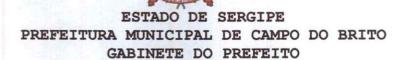
- I Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- II Gestão dos resíduos gerados;
- III Qualidade de vida no trabalho:
- IV Sensibilização e capacitação dos servidores;
- V Compras sustentáveis;
- VI Construções sustentáveis.
- § 1°. Conforme os seus recursos humanos, técnicos e financeiros, a Prefeitura irá decidir se atuará nos seis eixos ou se irá focar, inicialmente, em alguns deles;
- § 2º. A Prefeitura escolherá, dentro dos seis eixos, que ações e atividades realizará.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO GESTORA

Art. 10. O Município criará comissão gestora do programa A3P municipal, renovada a cada 2 (dois) anos, formada por servidores públicos, comissionados ou efetivos, representantes de departamentos, titulares e efetivos.

Parágrafo único. A Comissão gestora terá caráter consultivo e fará parte do gabinete do prefeito, devendo ser formalizada por meio de instrumento legal da instituição.

- Art. 11. São atribuições da Comissão gestora:
- I A cada seis meses, elaborar diagnóstico socioambiental da Prefeitura e órgãos vinculados e dar ampla divulgação aos resultados. O diagnóstico socioambiental deve identificar pontos críticos, como possíveis desperdícios em relação ao consumo de água e energia, materiais de expediente, uso de produtos descartáveis, entre outros;
- II Desenvolver projetos e ações de combate ao desperdício, minimização de impactos ambientais indiretos, gerados pelas atividades administrativas, e a promoção da gestão ambiental com qualidade;
- III Elaborar Programa de Gestão Socioambiental PGS, focado nos seis eixos temáticos da A3P;
- IV Coordenar a implementação do PGS, monitorar e dar ampla divulgação dos resultados;



V - Atuar como ponto focal do programa A3P do MMA na Prefeitura.

CAPÍTULO VI DO PROGRAMA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – PGS

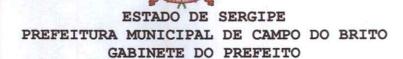
Art. 12. O Programa de Gestão Socioambiental – PGS, do Município de Campo do Brito, e o CPAC, terá como base os seis eixos temáticos do programa A3P.

Parágrafo único. O PGS deverá contemplar os seguintes elementos:

- I Definir os objetivos, ações e metas a serem realizadas;
- II Elaborar projetos para redução dos gastos com água e energia, além de outros insumos, como terra, areia, madeira, pedra;
- III Apresentar propostas de ações que objetivem a proteção dos recursos naturais, fauna e flora da região;
- IV Objetivando a compensação ambiental com a emissão de gás carbônico, elaborar projeto para o plantio de árvores;
- V Estabelecer ações de substituição de insumos, que possam causar danos ou riscos à saúde do servidor e ao meio ambiente;
- VI Colaborar na criação de projeto, visando a implantação da coleta seletiva, tratamento e destinação correta dos resíduos;
- VII Atuar para que o município se adeque aos termos da Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos:
- VIII Promover a educação ambiental em todos os setores da Prefeitura;
- IX Elaborar projeto para recuperação de áreas degradadas;
- X Adotar a compra sustentável de bens e serviços;
- XI Atuar para que haja a implementação de programa de redução de consumo e reaproveitamento de material de expediente;
- XII Incentivar ações de combate ao desperdício e à minimização de impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pela atividade pública;



- XIII Incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais visando reduzir os impactos ambientais, decorrentes das atividades administrativas;
- **XIV** Promover reuniões com os servidores para identificar problemas e implementar ações, que visem a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- XV Produzir informativos referentes a temas ambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
- **XVI -** Promover ações educativas e de formação de servidores e funcionários terceirizados, sobre a importância de se preservar o meio ambiente:
- XVII Promover a mobilização e sensibilização permanente dos servidores que atuam na Prefeitura, órgãos e autarquias, em todas as escalas de atividade, dirigentes, pessoal da copa e limpeza, brigadistas, técnicos, vigilantes, entre outros;
- XVIII Promover intercâmbio técnico com entes públicos e privados, para difundir informações sobre os objetivos e a metodologia de implementação da A3P;
- XIX Indicar representante da Prefeitura junto ao Programa A3P do MMA;
- XX Promover cursos e capacitações em sustentabilidade na gestão pública.
- **Art. 13.** Com o objetivo de difundir a sustentabilidade e o Programa A3P, a Prefeitura pode fazer uso dos seguintes elementos:
- I Difusão das suas atividades na imprensa local, regional, nacional, bem como nas mídias da Internet e redes sociais;
- II Uso da marca A3P disponibilizada pelo MMA;
- III Mobilização de municípios, estados e instituições, para que conheçam o Programa e se tornem parceiros:
- IV Promoção ou participação em cursos, capacitações, palestras, treinamentos, seminários, debates e demais eventos que promovam a sustentabilidade;
- V Criação de prêmio de boas práticas ou de sustentabilidade, para os órgãos da Prefeitura.



CAPÍTULO VII

PARCERIA DO MUNICÍPIO/CPAC COM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

- Art. 14. A adesão formal do Município/CPAC ao Programa A3P do MMA, implica no estabelecimento de uma parceria com os seguintes elementos:
- I Excepcionalmente, o município pode dispender recursos para facilitar o transporte e estadia de técnico, que irá colaborar com o programa A3P local;
- II Ao aderir ao Programa A3P/MMA o Município fará jus, imediatamente, ao "Certificado de adesão à A3P":
- III Anualmente, através de sistema de monitoramento online denominado RESSOA, o município apresentará ao MMA dados do seu diagnóstico socioambiental;
- IV A Prefeitura pode fazer uso do sistema RESSOA, como instrumento de autogerenciamento;
- V O preenchimento com os dados do diagnóstico no sistema RESSOA, concederá à Prefeitura, o "Selo de Sustentabilidade" da A3P/MMA, válido unicamente para o ano de preenchimento, passível de renovação a cada ano;
- VI Após a assinatura do Termo de Adesão ao Programa A3P, o Município poderá concorrer ao "Prêmio A3P de boas práticas", concedido a cada dois anos, e em anos pares, pelo Programa A3P/MMA;
- VII O MMA compartilhará cooperação técnica para implementação do Programa A3P do município.
- Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo do Brito, Estado de Sergipe, 29 de agosto de 2018, 196º da Independência e 129º da República.

MARCELL MOADE RIBEIRO SOUZA

Prefeito Municipal